



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº. 010/2014

Aos (16/06/2014) dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às (20:00) vinte horas, nas dependências da Câmara Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, sito a Rua Pastor Joaquim Alves de Souza nº. 202, centro, foi realizada uma **Sessão Ordinária, sob a Presidência do Vereador João Abadio de Melo, Secretariado pelo Vereador Mario Rodrigues Valadares, constatada a presença dos demais vereadores: Altamiro Schneider, Aluísio Nunes, Elizeu Sousa Parga, Mauricio Ribeiro Pinto, Robson Pereira dos Santos, Paulo Schuh e Vilson Campos Mascarenhas Jorge.** Dando quórum legal sob a proteção de Deus, a Presidência declarou abertos os trabalhos, informando que não seria necessária a leitura da **Ata da Sessão anterior**, uma vez que a mesma já era de conhecimento de todos. **Colocada em discussão**, nenhum vereador quis manifestar – se contra, automaticamente a ata fora aprovada por unanimidade. **PEQUENO EXPEDIENTE. EXPEDIDAS:** : Carta de Repudio do vereador Altamiro Schneider aos Ilmo(a). Sr. (a) Luiz Claudio Silva e Leia Bento de Moraes. **RECEBIDAS:** Retratação Formal do Sr. Luiz Claudio Silva Diretor de Cultura ao Ilmo. Sr. Altamiro Schneider. Ofício 120/2014, Solicitando a Listagem dos Funcionários Públicos. O **Sr. Presidente** informou que as correspondências serão arquivadas nesta Casa de Leis, a disposição de todos os vereadores. **ORDEM DO DIA:** O Sr. Presidente determinou ao Sr. Secretário que realizasse a leitura da **Indicação nº 031/2014 de autoria do Vereador Elizeu Sousa Parga “Indicando ao Exmo. Sr. Reynaldo Fonseca Diniz a necessidade de apoiar o esporte Judô em nosso Município”.** Concluída a leitura da Indicação o **Sr. Presidente** colocou a mesma em discussão, **manifestou o vereador Elizeu S. Parga** relatando sobre a indicação feita onde informou que já fez esta mesma na Gestão anterior, na ocasião teve o apoio dos nobres vereadores Mario R. Valadares e Vilson Campos, e mesmo com a aprovação pelo Poder Legislativo a Indicação ora mencionada não foi colocada em pratica. Ressaltou que o esporte deve receber apoio do Poder Publico para continuar a crescer e se desenvolver em nosso Município. Na oportunidade parabenizou os praticantes de judô que acreditam no esporte. O **Sr. Presidente** colocou a **Indicação nº 031/2014 em votação**, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **O Sr. Presidente determinou ao Sr. Secretário que realizasse a leitura da Indicação nº 032/2014 de autoria do Vereador Elizeu Sousa Parga, “Indicando ao Exmo. Sr. Reynaldo Fonseca Diniz a necessidade de instalar**



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

Internet Wi-fi nos pontos estratégicos da cidade. Concluída a leitura da Indicação o Sr. Presidente colocou a mesma em discussão, **manifestou o vereador Elizeu S. Parga** falando sobre a importância da sua Indicação uma vez que varias pessoas utiliza o meio de comunicação pela internet móvel Wi-fi. Relatou sobre os pontos estratégicos citando os Postos de Combustível Rodeio, Guri, Shalon e Parreira lembrando que os clientes ao ter acesso à internet gratuita acredita que vai incentivar os comércios locais para terem um aumento na sua clientela. Ressaltou que vai estar incentivando o lazer para os munícipes que também poderão utilizar internet gratuita nos pontos estratégicos. O Sr. Presidente colocou a Indicação nº 032/2014 em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade **O Sr. Presidente determinou ao Sr. Secretário que realizasse a leitura do Requerimento nº 010/2014 de autoria dos vereadores Altamiro Schneider e Elizeu Sousa Parga “Requerendo ao Poder Executivo Municipal de Ribeirão Cascalheira- MT, que faça Gestão junto a CEMAT Energiza, e Eletronorte, para que seja feito levantamento da demanda por energia no nosso Município, em especial nos Assentamentos Primorosa, Santa Rita e demais localidades”** Concluída a leitura do requerimento, o Sr. Presidente colocou o mesmo em discussão, **manifestou o vereador Elizeu S. Parga** comentando que já foi feito um levantamento sobre os pontos onde seria instalado energia, porém na ocasião foi realizado o trabalho somente nos locais onde havia casas construídas e agora foi construída varias outras casas que estão necessitando de energia. Pediu para que fosse feito um novo levantamento, e que seja realizado antes da aprovação do comitê do Eletronorte, para que não ocorra das pessoas fiquem fora do Projeto Luz para todos. Relatou que chegou ao seu conhecimento sobre pessoas que estavam cadastradas no Projeto e não foram beneficiárias de uma rede de energia. **Manifestou o vereador Altamiro Schneider** pedindo apoio ao Requerimento e informando que existe hoje (77) setenta e sete pontos que necessitam ser instalados destes (35) trinta e cinco estão localizados na região da Berrante, 32 na região do Cabra Velho, e 10 em postos alternados. Ressaltou sobre os Assentamentos Primorosa e Santa Rita onde houve caso de pessoas mudarem o local da construção de sua residência na esperança de ser beneficiário de uma rede de energia do Projeto Luz para todos. Lembrou que o nobre vereador Wilson Campos cobrou do Deputado Carlos Bezerra o andamento do Projeto Luz para todos em nosso Município, ressaltou que esse Projeto é de grande valia para nossa cidade que precisa mesmo estar com acesso à energia em todas a sua região urbana e rural. Informou que o Projeto LPT vai ser responsável pelos 77 pontos já citados e o restante vai ser feito pelo Eletronorte onde que esta previsto a finalização



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

do Projeto para o ano de 2017, porem acredita que os parlamentares desta Casa de Leis devem fazer políticas junto aos órgãos competentes para diminuir esse período previsto para realização do LPT. **Manifestou o vereador Vilson Campos M. Jorge** apoiando o Requerimento ora mencionado e comentou que acreditava que 80% (oitenta por cento) da demanda do Projeto já estava concluída, porem de acordo com os levantamentos feito após a conclusão da quinta etapa da prancha foi possível perceber que havia varias lugares que ficaram sem receber rede de energia, onde que para região da Berrante recebeu a complementação que foi aprovada de mais 35 pontos de energia, 32 para a região do São João ate a Fazenda Três de Outubro, 210 pontos orçados mas não aprovados por que ainda não tem Projeto pronto para Santa Rita, falou que o Assentamento da Primorosa ainda precisa ser finalizado o LPT. Relatou sobre estratégias de trabalho com a Sr. Juci que é uma pré candidata a Deputada Federal, onde que neste contato pode receber informações de que o LPT para Ribeirão Cascalheira já estava encaminhado para a realização de demandas, faltando apenas o acerto de um reajuste feito com o Ministro de Energia Sr. Edson Lobão, falou que esta se dirigindo para Brasília uma equipe do Município Confresa para acompanhar o andamento do LPT para o seu Município, e informou ao Deputado Carlos Bezerra que vai estar presente junto com essa Comissão de Confresa. Ressaltou que é necessário primeiro fazer o levantamento sobre os pontos que ainda faltam receber rede de energia, quantos devem ser orçados através de Projetos onde neste deve ser seguido vários critérios como o valor do ponto não pode ultrapassar R\$ 10.000,000,00 (dez milhões de reais) (para não perder a legitimidade do Projeto. Sugeriu que o Poder Executivo envie uma pessoa especializada na área para fazer o levantamento de quantos pontos são necessários em cada Assentamento, afirmou que assim será mais viável o inicio e conclusão de forma correta sem ficar nada pra depois, ressaltou que os pontos são definidos a partir da existência de casa nos lotes e informou que no PA Primorosa muitas famílias ficaram sem receber rede de energia por esse fato. Lembrou que neste período eleitoral será mais fácil a conclusão do LPT em nosso município bastando apenas que a Sociedade, o Poder Executivo e Legislativo se organizem e busquem dos parlamentares em Brasília meios de solução. **Nenhum vereador mais quis** se manifestar os Sr. Presidente **colocou o requerimento nº 010 em votação**, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. **Nada mais havendo na ordem do dia, o Sr. Presidente passou para a Palavra Livre. Usou a Tribuna o vereador Elizeu S. Parga cumprimentou a mesa diretora e o publico presente** comentando sobre situações difíceis que tem passado por que as pessoas tem cobrado



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

sobre o aumento do IPTU que foi resultado de um Projeto do Poder Executivo que foi aprovado nesta Casa de Leis no dia 18 de dezembro de 2013, e este informava sobre o IPTU que seria cobrado R\$ 30,65 (trinta reais e sessenta e cinco centavos) para cada m² (metro quadrado) citando como exemplo esse valor multiplicando por um lote de 450 m² (quatrocentos metros quadrados) chegando ao valor do lote ser de 13.792,50 (treze mil setecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) deste é tirado à porcentagem de aumento de 1% (um por cento) para lotes com casas, e 4% (quatro por cento) somente para lotes sem construção, no caso de lotes com casas o valor do IPTU cobrado seria R\$ 137,92 (cento e trinta e sete reais e noventa e dois centavos), para os lotes vagos a taxa de IPTU seria R\$ 551,70 (quinhentos e cinquenta e um reais e setenta centavos) sendo quatro vezes mais que taxa de quem tem casas no lote, afirmou que esse critério é algo desnecessário uma vez que o munícipe que tem lote pretende construir vai se tornar mais difícil por que normalmente essa pessoa tem despesas mensais como água, luz, aluguel e com esse aumento no imposto provavelmente não vai conseguir cobrir mais esse gasto, informou que não votou a favor deste Projeto. Afirmou também que se o aumento fosse de 1% (um por cento) para todos os municípios independente de ter casas ou somente lotes seria a favor, mas 4% (quatro por cento) de aumento por metro quadrado para lotes vagos não concorda com este valor, sugeriu fazer uma Emenda nesta Lei para tentar diminuir essa porcentagem, informou às pessoas que acreditam tiveram um aumento indevido que se encaminhem ate a Prefeitura para corrigir o erro. **Pediu a parte o Sr. Presidente** falando que também foi questionado sobre o valor do IPTU e entrou em contato com o responsável pelo setor Jurídico do Poder Executivo o Dr. Antonio e foi informado de que seria averiguado essa situação, na oportunidade pediu ao Executivo que encaminhe seus fiscais de tributos nos locais onde no mapa consta somente lote tendo em vista que houve varias construções nos últimos anos e o mapa da cidade pode estar desatualizado, relatou sobre casos de pessoas que passaram por essa situação de ter casas em seus lotes e no mapa da cidade constar apenas lotes vagos causando diferença nos valores cobrados. **Continuou o vereador Elizeu Sousa Parga** comentando que o valor de 4% (quatro por cento) por m² (metro quadrado) para lotes vagos é um valor muito elevado para a população carente, reconhece que o Poder Executivo provavelmente fez esse Projeto buscando melhorias para o Município mas não é isso o que as pessoas estão interpretando de acordo com seu orçamento familiar. **Usou a Tribuna o vereador Wilson Campos M. Jorge, cumprimentou a mesa diretora e o publico presente**, relatando que votou a favor do Projeto que autorizava o aumento da



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

taxa de IPTU, afirmou que de acordo com seu entendimento seria usado cinco tipos de classificação de acordo com a localização dos lotes vagos e casas construídas, todos com o critério de avaliação do valor do lote citando como exemplo um lote no setor Alvorada que recebia o boleto para pagamento de IPTU no valor de 22,00 onde que de acordo com critério de valor do lote esses 22,00 reais representaria 4% do valor de 550 reais onde o lote estava sendo avaliado neste valor ora mencionado, e agora recebeu um boleto de quase R\$ 300,00 (trezentos reais) acredita que o seu lote esta avaliado em mais de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) o dono deste afirma que não consegue vender este lote por este valor, afirmou que os lotes na Avenida Padre João Bosco tem se valorizado e acredita que o valor do IPTU deve ser pago de acordo, comentou sobre pessoas que possuem mais de um lote no município e com esse aumento do valor da taxa de IPTU vai pesar no orçamento deste municípe. Relatou que entrou em contato com o Sr. Prefeito para buscar solução para esse impasse, sugeriu aos nobres vereadores fazer o mesmo, porem todos juntos, falou que o Poder Executivo necessita arrecadar para conseguir investir em asfalto, treinamento básico para seus funcionários, Educação e Saúde, tendo em vista que a arrecadação diminuiu esse mês, citou como exemplo o ex- prefeito Mauricio de Água Boa quando resolveu fazer asfalto cobrando taxa de contribuição dos municípes, na ocasião foi mal interpretado, mas depois as pessoas puderam usufruir o beneficio do asfalto nas ruas mudaram de opinião e reelegeram o ex-prefeito para mais um mandato, informou que deve haver transparência na cobrança e na aplicação dos impostos. Ressaltou que acredita que o Projeto aprovado para aumento do IPTU não esta errado apenas existem alguns critérios de avaliação que não estão sendo executados da forma correta. **Pediu a parte o vereador Elizeu S. Parga** falando que o Projeto esta classificado com as cores das área vermelha, rua definida pela letra “A” com o valor da cobrança de IPTU por metro quadrado de R\$ 30,65 (trinta reais e sessenta e cinco centavos), área azul rua “B” valor por m² (metro quadrado) R\$ 24,52 (vinte e quatro reais e cinquenta e dois centavos), área cinza rua “C” R\$ 18,39 (dezoito reais e trinta e nove centavos), área amarela rua “D” R\$ 12,26 (doze reais e vinte e seis centavos), área verde rua “E” 1,53 (um real e cinquenta e três centavos), e de acordo com a área localizado o lote é multiplicado o valor da metragem do lote pelo m² (metro quadrado) pela classificação e após isso é calculado 1% (um por cento) para lotes com construção e 4% (quatro por cento) para lotes vagos, disse que quando foi questionado pelos municípes em relação aos valores do IPTU foi ate a Prefeitura Municipal para tomar conhecimento sobre o assunto e foi informado sobre um Decreto que esta com valores superiores ao Projeto que foi votado



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

nesta Casa de Leis. Disse que não sabe sobre a autenticidade do Decreto por que o mesmo ainda não esta assinado, mas tem conhecimento apenas da existência deste. **Pediu a parte o vereador Altamiro Schneider** afirmando que se houver um Decreto com essa informação ele é inconstitucional. Falou também que esse Projeto ficou para ser mais estudado, onde que foi sugerido a medição das casas e lotes para adequar ate a questão fundiária do município, tendo em vista que das 2000 ou 2200 residências existente em nossa cidade nem 300 tem averbação onde que se uma pessoa for fazer um financiamento pela Caixa Econômica Federal a 1% (um por cento) paga se mais 2% para fazer o registro da casa. Falou também que a tabela de porcentagem usada pelo Poder Executivo está usando é de 2001 estando desatualizada e sugeriu para organizar esse impasse que o Poder Executivo junto com seus fiscais de tributação faça um novo estudo sobre a medição dos lotes e casas, e averiguar os lotes do mapa da cidade se tem construção. **Continuou o vereador Vilson Campos M. Jorge** comentando que não tem conhecimento sobre o Decreto ora mencionado disse que o teor deste deve ser analisado com mais rigor , afirmou que esta falando apenas sobre o Projeto que foi votado nesta Casa de Leis onde este esta com a finalidade de aumentar o imposto em cima do valor lote e depois provavelmente vai ser avaliado de acordo com o valor do imóvel, falou também que Projeto de aumento do IPTU que chegou ao seu conhecimento estava classificando as ruas e áreas de acordo com o valor do lote pela sua localização. Comentou que o imposto esta defasado acontecendo casos de taxas de IPTU ser R\$ 3,00 (três reais) e a taxa do Banco ser R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos), e de acordo com esses percentuais de arrecadação se torna difícil que o Poder Executivo pague bem os seus funcionários e ainda realize trabalhos para a sociedade de forma eficiente como Educação, Saúde, asfalto e outros. Ressaltou que da forma que os Poderes Públicos vem arrecadado cada vez menos a vida de parlamentar que representa a sociedade tem se tornado difícil exercer a sua função, uma vez que as portas tem se fechado pelo fato de não haver dinheiro disponível para trabalhar. Comentou que os impostos municipais arrecadados 64% (sessenta e quatro por cento) vñ para a União, uma boa parte vai para o Estado e o mínimo fica para o município investir em demandas para a sociedade. **Usou a Tribuna o vereador Mario R. Valadares, cumprimentou a mesa diretora e o publico presente** comentando que o imposto deve ser cobrado de forma correta para que o Poder Executivo consiga dar o respaldo necessário com serviços de qualidade para os munícipes. Falou sobre o Projeto que autoriza o aumento do IPTU afirmando que a intenção era que o Município conseguisse arrecadar para poder investir nos serviços públicos, ressaltou



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

que o Poder Legislativo também fiscaliza as ações do Poder Executivo e cobra desde realizações de trabalhos com asfalto, manutenção nas ruas não asfaltadas e muitas das vezes a resposta é de que não existe dinheiro para ser aplicado nessas demandas por que a arrecadação é mínima, disse que com essa fala não quer estar defendendo o Poder Executivo mas apenas afirmar que tem conhecimento do Projeto que votou e sobre a sua real finalidade é dar condições para o Poder Público de executar trabalhos de qualidade para sociedade. Questionou como cobrar do Poder executivo se não contribuimos para que isso aconteça. Comentou que pode ter havido algum erro no cálculo para gerar a taxa de IPTU, citou casos de aumentos incompatíveis com o Projeto de seu conhecimento, sugeriu que as pessoas cumpram o seu dever de pagar o imposto para depois cobrar os seus direitos. Falou sobre vereadores que sempre fazem Indicações ou Requerimento pedindo manutenção de ruas, bueiros entre outros, mas como o Poder Executivo vai realizar esses trabalhos se não existe arrecadação para viabilizar essa demanda. Sugeriu a fiscalização sobre a execução do Projeto para não haver erros nos valores das taxas, e buscar a informação sobre a existência do Decreto que aumenta ainda mais os valores dos impostos. **Pediu a parte o vereador Elizeu S. Parga** comentando que o valor das taxas de IPTU ainda não estão sendo contabilizadas por este Decreto ora mencionado, e informou que este quando chegou ao seu conhecimento ainda não estava assinado. **Continuou o vereador Mario Rodrigues Valadares** afirmando que os nobres vereadores não devem se equivocar em suas falas para depois não causar outras conclusões por parte da sociedade, sugeriu fazer um Requerimento pedindo explicações sobre esse Decreto que autoriza aumento das taxas de IPTU, divergente ao Projeto votado nesta Casa de Leis, afirmou que essa seria uma maneira de resguardar as atitudes dos nobres vereadores. Ressaltou que tem consciência do conteúdo do Projeto ora mencionado e não está fugindo das suas atitudes onde que a intenção ao aprovar este foi de que a receita da arrecadação municipal possa dar condições de realizar demandas para a sociedade como asfalto, limpeza urbana. **Pediu a parte o Sr. Presidente** falando que concorda com o fato de que o município precisa arrecadar para conseguir trabalhar. E informou que os Senhores aposentados vão receber a cobrança mas os mesmos devem se encaminhar até o Departamento de Tributos e justificar que é aposentado para ser isento da cobrança. **Usou a Tribuna o vereador Altamiro Schneider, cumprimentou a mesa diretora e o público presente** relatando sobre a Retratação Formal feito pelo Sr. Luiz Claudio da Silva e disse que aceita o pedido de desculpas e o reconhecimento pelo erro. Afirmou que as pessoas que se sentirem lesadas por cobranças indevidas devem



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

se encaminhar ao setor de Tributação para averiguar os valores e os quesitos usados para gerar a taxa de IPTU. Comentou sobre a existência de casas em lotes que no mapa da cidade não constam devido a falta de planejamento para regularização fundiária, falou que ao votar o Projeto foi cobrado pelos nobres vereadores para que o Poder Executivo organizasse essa documentação urbana do Município. **Pediu a parte o Sr. Presidente** afirmando que o mapa da cidade não tem informações sobre lotes que agora tem construção por que a maioria das pessoas não fazem planta com arquiteto antes de construir e não informa o Poder Executivo sobre a construção. **Continuou o vereador Altamiro Schneider** falando que as pessoas estão certas ao cobrar resultados do Poder Executivo pois até a data atual não foi concluído o trabalho de tampar buracos iniciado a um bom tempo e se for comparar o aumento do IPTU com os trabalhos realizados não justifica o aumento. Ressaltou que esta a favor das pessoas que buscam melhorias e estão contra o auto investimento na Copa do Mundo uma vez que os serviços públicos básicos como Educação, Saúde estão mais necessitados de um investimento a altura, sugeriu montar um CPI para investigar os gastos com essa Copa. **Pediu a parte o vereador Vilson Campos M. Jorge** afirmando que é a favor da posição da Exma. Presidente Dilma ao dizer que quem fez algo de errado que pague por isso, ela somente fez o que acreditava ser correto ao aceitar a Copa do Mundo no Brasil. Comentou que os gastos interpretados por muito como algo superfaturado é uma atitude que as construtora dos estádios devem responder por estas, uma vez que foi feita licitação e o dinheiro foi liberado para ser aplicado nas construções. **Continuou o vereador Altamiro Schneider** questionando como Exma. Presidente Dilma fez o certo ao aplicar o dinheiro errado. Disse que torce pela seleção, e que somente não aprova a forma como o dinheiro público foi aplicado, citou como exemplo que na capital Cuiabá não consegue transitar tranquilamente pelas ruas devido falta de conclusão de algumas obras que causam transtorno aos moradores e visitante da capital. Comentou que acredita que as pessoas estão mais informadas sobre a real situação dos serviços públicos e já estão conscientes em quem devem votar para trabalhar pela população. Relatou que a Saúde no nosso município é considerado por ele como algo ainda em um nível bom em vista das outras cidades e inclusive citou Cuiabá, afirmou que precisa melhorar algumas coisas, mas o atendimento carismático e atencioso por parte da equipe do hospital é de grande valia. Falou que os maquinários do Poder Executivo já estão realizando trabalhos na zona rural mas quer que seja feita manutenção em toda região rural e urbana do município, falou também que não esteve presente na nomeação do sub prefeito de Novo Paraíso,



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

mas acredita que deve chegar a esta Casa de Leis algum documento informando sobre quem vai pleitear esse cargo. **Pediu a parte o Sr. Presidente** falando que assistiu uma reportagem que informava que em Cuiabá foi feita uma espécie de mascara nas obras não concluída ao colocar gramas nestas. **Usou a Tribuna o vereador Robson Santos, cumprimentou a mesa diretora e o publico presente** comentando que também votou a favor do Projeto que autoriza o aumento do IPTU em nosso município, disse que de inicio questionou o conteúdo do Projeto mas ao analisar que o valor do imposto estava muito defasado mudou de opinião. Relatou sobre a classificação dos lotes relacionados com a sua localidade onde que define se o imposto vai ser com um valor mais elevado ou não, tudo de acordo com avaliação do valor lote. Disse que não esta fugindo da responsabilidade de ter votado no Projeto, mas que a sua atitude ao aprovar este, foi na intenção de que haja dinheiro disponível para investir nas próprias demandas da cidade como recapear as ruas asfaltadas, afirmou que acredita que essa arrecadação vai ser bem aplicado pelo Poder Executivo. Falou sobre o PAC que foi um projeto ainda do ex Presidente Luis Inácio Lula da Silva e que a atual Presidente Dilma tem dado continuidade e graças a este foi possível à aquisição para o Município de Ribeirão Cascalheira de dois maquinários uma motoniveladora no valor aproximado de 400.000,00 (quatrocentos mil reais), e um caminhão Mercedes Benz, disse que com sua fala não quer afirmar que é eleitor da atual Presidente, mas que quer apenas falar sobre as benfeitorias adquiridas com a administração da atual Presidente Dilma. **Usou a Tribuna o Sr. Presidente, cumprimentou a mesa diretora e o publico presente** informando que esta Casa de Leis e seus parlamentares estão a disposição para a população para tratar de qualquer assunto de interesse dos munícipes, na oportunidade convidou a todos para participarem mais vezes das Sessões Ordinárias e Extraordinárias realizadas neste Plenário. Informou que o subprefeito de Novo Paraíso nomeado foi o Sr. Wilson Carlos Cruvinel que é pastor, e acredita que este vai realizar um bom trabalho no Distrito. **Nenhum vereador mais querendo fazer uso da Tribuna o Sr. Presidente João Abadio de Melo** deu por encerrada esta Sessão, e convocou todos os senhores vereadores para participarem da próxima **Sessão Ordinária a ser realizada no dia 07/07/2014. Eu, Simone Gonçalves de Paula, Séc. Adm.** Escrevi a presente ata, a qual após lida, discutida e votada vai devidamente assinada.